

ECOTURISMO E AS INCOMPATIBILIDADES ENTRE AS POLÍTICAS DO CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA PARA CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO VALE DO RIBEIRA – SP

Jaime Nogueira MENDES JÚNIOR¹

Marcos César FERREIRA²

Resumo

Procuramos demonstrar que o estado de pobreza generalizado das populações residentes no Vale do Ribeira, diante da exuberância dos últimos remanescentes de Mata Atlântica preservados sob a forma das unidades de conservação, tem sustentado o conflito sócio-ambiental regional e delimitado a arena onde debatem conservacionistas radicais e defensores do manejo sustentável. Dentro desse cenário, o ecoturismo tem sido apresentado como fórmula conciliadora do cisma entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico. Com o objetivo de qualificar tecnicamente as populações locais para administrarem o negócio ecoturístico, o Estado tem promovido cursos de capacitação entre os quais destacamos os cursos para formação de monitores ambientais. Por meio de análise do material didático adotado nesses cursos, apontamos dissonâncias entre a ação prática e a base conceitual que sustenta o discurso da conservação ambiental e cultural. Dessa forma, entendemos que a abordagem empresarial e administrativa adotada pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA) na formação dos cursos para monitores ambientais está grosseiramente em desacordo com seu próprio discurso, promovendo a desvalorização dos aspectos sócio-culturais do lugar turístico, exaltando o saber científico e a ótica urbano-industrial e produzindo o contrário do que se esperava do ecoturismo.

Palavras-chave: Ecoturismo. Bairro da Serra. Monitores ambientais. Conhecimento tradicional. Turismo.

Abstract

Ecotourism and the incompatibilities between Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica's Politics for conservation and development in Vale do Ribeira – SP

We aim at demonstrating that the generalized poverty state of the resident population in Vale do Ribeira contrasting to the Mata Atlântica exuberant last remains preserved in the form of protected areas has maintained the regional social-environmental conflict and bordered the arena where radical conservationist and sustained management parties debate takes place. Within this scenario, ecotourism has been introduced as a conciliating formula for the discord between environmental conservation and economic growth. Aiming to technically support the local populations, the State has been promoting training courses. Among them we highlight the ecotourism guide courses. The analysis of the didactic material employed in these courses points out the dissonances between the practice and the conceptual basis which supports cultural and environmental conservation discourse. Thus, we come to a conclusion that the Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA) business and administrative approach used to shape the ecotourism guide courses goes against its own discourse, which has been promoting the devaluation of the tourist place social and cultural characteristics through the exaltation of scientific knowledge and urban-industrial point of view, leading to the opposite of what it was expected from ecotourism.

Key words: Ecotourism. Bairro da Serra. Ecotourism guide. Traditional knowledge. Tourism.

¹ Ecólogo – Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Endereço: Sítio Pirapitingui, s/n – CP 297 – CEP 13825-000 – Holambra – SP – E-mail: jaimendes@yahoo.com.br

² Professor livre docente do departamento de Geografia – Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Endereço: r. João Pandiá Calógeras, 51 – CP 6152 – CEP 13083-970 – Campinas – SP – E-mail: macferre@ige.unicamp.br

INTRODUÇÃO

O Vale do Ribeira possui, atualmente, 64% de seu território protegidos sob a forma de unidades de conservação. Entre os 23 municípios que integram a região, 14 deles possuem mais de 50% de suas terras ocupadas por unidades de conservação, e em alguns casos extremos, chega a ocupar quase totalmente o território municipal, tal como acontece em Pedro de Toledo e Tapiraí (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005).

A grande concentração de unidades de conservação, que reúne os mais diferentes e atraentes ambientes naturais, representa um atrativo valioso para a *indústria do turismo*. Contudo, a própria terminologia empregada para a idéia de “produção” turística, apoiada na noção de indústria, revela o caráter mercadológico dessa atividade que não é omitido, mas ostentado como fórmula para o desenvolvimento regional do Vale do Ribeira.

Por meio de uma análise crítica dos resultados provenientes de tese de doutoramento, defendida e aprovada, procuramos demonstrar as incoerências entre as políticas de conservação e desenvolvimento empreendidas pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA). Para isso, adotamos o Bairro da Serra – município de Iporanga – como dimensão local de um problema regional para ilustrar as discordâncias e os efeitos das políticas de desenvolvimento regional, fortemente baseadas no ecoturismo, sobre o ambiente biológico e cultural no Vale do Ribeira.

O VALE ACUADO

Nos últimos anos, o Vale do Ribeira tem sido o palco de intenso conflito envolvendo a implantação de unidades de conservação sobre áreas de uso comunitário das populações locais. As restrições de uso da terra determinadas na forma de lei que institui a implantação das unidades de conservação impedem o uso tradicional do ambiente, marcadamente extrativista e de subsistência, pelas populações locais e, como consequência imediata, acirram o estado de pobreza material no Vale do Ribeira.

A situação que se esboça mediante o contato de dois universos essencialmente distintos, tal como tem ocorrido no Vale do Ribeira, produz um conflito que encerra em si um paradoxo de difícil solução, o qual se define ao longo da polarização do discurso entre preservacionistas, por um lado, e por outro, os defensores do manejo sustentável por “populações tradicionais”. (FERREIRA, 2004; TERBORGH; PERES, 2002; DIEGUES; ARRUDA, 2001). Embora as diferentes abordagens sobre o conflito sócio-ambiental estejam situadas em posição de confronto, o que se deve à natureza antagônica de suas formulações, cada uma delas apresenta demandas legítimas e argumentos irrefutáveis. A consequência dessa oposição de forças equilibradas, representadas pelas diferentes linhas de pesquisa, se dobra na impossibilidade de síntese e na anulação do movimento evolutivo da discussão acerca do conflito, elementos estes que se constituem em prerrogativas essenciais à formação de um *paradoxo*.

Por outro lado, o agravamento do estado de pobreza no Vale do Ribeira em favor da conservação de importantes remanescentes da Floresta Atlântica, assegurados na forma de Lei, produz uma situação emergencial que clama por soluções práticas e imediatas. Seguindo por essa linha de ação, definida pelo seu caráter prático, o Estado, representado por consórcios de secretarias e ministérios, pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA), pelo ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, Fundação Florestal, Sebrae, entre outros, juntamente com a sociedade civil, representada por ONGs como a WWF-Brasil, Vitae Civilis e Ing ONG, têm

apresentado uma significativa mobilização no sentido de encontrar soluções alternativas para geração de renda às populações afetadas pela presença de unidades de conservação no Vale do Ribeira (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 1998; 2005).

Dentro do conjunto diversificado de alternativas que têm sido encontradas, o *ecoturismo* é aquela que se constitui no centro das atenções de investidores potenciais, os quais representam elementos-chave para a implantação e sucesso de atividades econômicas (WWF-BRASIL, 2001; VITAE CIVILIS; WWF-BRASIL, 2003). Grande parte desse interesse pode ser creditado ao potencial desse ramo da indústria turística no que tange a sua alta capacidade produtiva. Em outras palavras, o ecoturismo representa, hoje, uma das atividades econômicas mais prósperas do *mercado mundial*, cuja tendência é penetrar, cada vez mais, em áreas ainda selvagens ou com alto teor de conservação (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1995; WEARING; NEIL, 2001), o que torna o Vale do Ribeira um candidato privilegiado quando consideramos seu inegável potencial ecoturístico (VITAE CIVILIS; WWF-BRASIL, 2003; AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 1998; 2005).

O quadro que se esboça a partir dessa situação apresenta, por um lado, o conflito entre populações locais e a presença das unidades de conservação, tendo como pano de fundo a miséria secular que assombra a região do Vale do Ribeira, e por outro lado, a implementação de atividades produtivas alternativas compatíveis com a legislação ambiental, cuja meta primordial é diminuir o *conflito* por meio da *geração de receitas financeiras*.

Contudo, o ecoturismo como medida de mitigação ao conflito regional, dada a envergadura de seu potencial produtivo, se constitui num caso à parte. Diferentemente de outras atividades já implantadas com êxito no Vale do Ribeira baseadas na produção agroflorestal, no fabrico de alimentos típicos e artesanatos, o *ecoturismo* traz consigo uma situação muito mais complexa envolvendo um novo uso do território, ao mesmo tempo que produz a expectativa do estabelecimento de um novo "ciclo econômico" regional, despertando a atenção de grandes investidores.

Se, por um lado, é verdade que há uma certa garantia de propriedade dos *meios de produção* pelas populações locais quando se trata de produtos artesanais, tanto os alimentos, como os objetos decorativos, o mesmo não pode ser afirmado em relação ao turismo, tal como podemos observar, à guisa de ilustração, em toda a orla marítima do estado de São Paulo, cuja característica marcante é o controle da indústria turística por empresas externas à região (LUCHIARI, 1999).

Embora o Estado reconheça que o ecoturismo possa desempenhar um importante papel no alavancamento da economia no Vale do Ribeira, cujo crédito desse reconhecimento é validado pela criação da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, por outro lado, a formatação que se tem dado à abordagem dessa questão, definida pelas estratégias de fomento ao ecoturismo na região, sinaliza para a reprodução de um modelo de apropriação do território comprovadamente fracassado do ponto de vista sócio-cultural para as populações locais, a exemplo daquilo que pode se observar ao longo do litoral paulista.

Enquanto o discurso do ecoturismo pressupõe a integração de populações locais ao processo de organização da produção turística, isto é, a implementação do turismo a partir de uma abordagem comunitária de gestão do patrimônio cultural e ambiental, a formatação proposta pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira cria dificuldades para as populações locais quando privilegia grupos melhor posicionados profissionalmente e financeiramente. Entre outros aspectos, a necessidade de educação e profissionalização são exigências indicadas pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (2005, p. 34).

O primeiro requisito para que a população da região adquira a competência, ou habilite-se para receber população de fora (os ecoturistas), sem dúvida passa pela educação formal - fundamental, média e profissionalizante - universalizada e de qualidade.

Naturalmente que essa visão é resultado de uma abordagem administrativa baseada em modelos empresariais estranhos à região, resultando numa espécie de gargalo que impede a integração da porção mais tradicional da população local e inviabiliza a consecução do ecoturismo entendido a partir de seu conceito oficial, tal como transcrevemos abaixo (GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR, 1994, p.4).

[Ecoturismo é] "um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas".

Não obstante, a formatação que a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira pretende para o ecoturismo impõe valores típicos do universo urbano moderno para alcançar padrões de qualidade estranhos ao modo de vida local. Este tipo de prática, que é uma forma de violência cultural, não pode ser acolhida pelo ecoturismo, uma vez que seu exercício pressupõe, de acordo com Vitae Civilis e WWF-Brasil (2003, p. 30), "a valorização da cultura local, minimização de impactos e aumento da auto-estima na comunidade".

Contudo, apesar do formato inadequado do ecoturismo proposto pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, em boa parte baseado na noção do *ecoturismo de mercado*, o ecoturismo é percebido pela população local como uma oportunidade a ser agarrada. Nesse contexto, a discussão sobre o que é ecoturismo cede lugar para questões práticas e emergenciais relacionadas à sobrevivência da população local, especialmente, os grupos mais pobres e mais fortemente afetados pela presença das unidades de conservação. Porém, para alguns, a novidade é tamanha, isto é, o ecoturismo é coisa tão completamente nova que não sabem nem mesmo por onde agarrá-lo. Sob essa condição, seguem as direções determinadas pelos agentes locais, preparados pela Agenda de Ecoturismo e pelo CNRBMA, em busca de algum aporte financeiro, mas sem atentar para outros aspectos que acompanham a apropriação de seu território pelo mercado do ecoturismo.

O TURISMO NO BAIRRO DA SERRA – MUNICÍPIO DE IPORANGA

O turismo no Bairro da Serra ocorre, notadamente, devido aos atrativos oferecidos pelo Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), que concentra um grande número de cavernas, cachoeiras e trilhas em meio à exuberante Mata Atlântica, ainda bem preservada na região.

O Bairro da Serra possui uma população em torno de 500 habitantes e chega a receber um número de turistas quatro vezes maior do que a população local em alguns finais de semana, principalmente, ao longo dos meses de abril, setembro e outubro, quando se verificam as taxas mais elevadas de visitação do ano (SANTOS, 2005; BONDUKI, 2002). Se considerarmos a proposição de Lage e Milone (2000) sobre o limite de visitação de um destino turístico tomando por base a população local, o número máximo de turistas permitido para o Bairro da Serra não poderia ultrapassar 30 visitantes.

Atualmente, há cerca de 10 pousadas e 6 áreas para camping no Bairro da Serra, o que é insuficiente para alojar o contingente turístico nos períodos de maior visitação. Contudo, isso não tem sido grande problema, uma vez que há uma oferta suficiente de pousadas e hotéis nas cidades vizinhas - Apiaí e Iporanga - para atender o fluxo de turistas atual.

A questão do esgoto no Bairro ainda é um problema grave, principalmente, por ocasião dos períodos de visitação intensa. Embora alguns estabelecimentos possuam fossa negra, boa parte do esgoto é lançado, *in natura*, diretamente no rio Betari. Este rio, que

passa dentro do Bairro, é o local onde se pratica o bóia-cross, uma modalidade de esporte aquático muito procurado pelos turistas locais, o que ocorre, naturalmente, quando o rio recebe grandes aportes de efluentes.

No Bairro da Serra a questão não é mais optar ou não pelo turismo, pois o turismo já está instalado desde a década de 60 em função do interesse crescente pelo riquíssimo patrimônio espeleológico da região. A questão que poderia ser colocada, a essa altura, é como ordenar o turismo local e como participar do mercado turístico de modo a minimizar os impactos negativos dessa atividade. Não há alternativas para a população local. A participação da comunidade na gestão do turismo é obrigatória, pois são eles as vítimas imediatas da ação do turista sobre a cultura tradicional, os valores comunitários, o ambiente local, enfim, sobre o *lugar* onde vivem.

O quadro que se criou no Bairro da Serra por meio da imposição das leis ambientais, definida na implantação das unidades de conservação, impede o uso tradicional que as populações locais faziam do ambiente, agravando a miséria econômica e causando impactos negativos sobre a cultura local. Diante dessa situação, o ecoturismo tem sido apresentado, mediante incentivos de órgãos públicos e privados, como uma saída possível desse quadro de miséria. Naturalmente que existem alternativas econômicas, mas o turismo local é uma constante, sempre presente, o que acontece em função do importante patrimônio espeleológico. Em outras palavras, o turismo não passa pelo crivo da comunidade como uma atividade que pode ou não ser implantada. Sendo assim, então a forma mais apropriada de turismo para o Bairro da Serra é, certamente, o ecoturismo exercido a partir de sua definição oficial.

Entretanto, a opção pelo turismo é geralmente realizada de modo precipitado, sem considerar os aspectos negativos da atividade turística e sem o planejamento necessário, produzindo um quadro potencialmente perigoso para as populações locais. Porém, quando as alternativas práticas inexistem, poucos resistem à tentação de se agarrar a aquela que pode assegurar a sua sobrevivência.

De acordo com Wearing e Neil (2001), os efeitos negativos do turismo são, em grande parte, decorrentes do fato da visita preceder o planejamento. Horwich *et alli* (1995, p. 267) apontam alguns princípios que podem fundamentar o planejamento e o exercício de uma outra forma de turismo, notadamente o ecoturismo, que deve:

- basear-se em uma perspectiva de sistemas que inclua a sustentabilidade como objetivo central;
- ser encarado como um esforço cooperativo entre população local e visitante conscientes e preocupados em preservar as áreas naturais, seus patrimônios culturais e biológicos através do apoio ao desenvolvimento da comunidade local;
- conferir poderes aos grupos locais para controlar e gerenciar as áreas protegidas por meio de mecanismos que não só sustentem estas áreas, mas que também satisfaçam as necessidades econômicas, sociais e culturais da comunidade.

Entre a teoria e a prática há, ainda, um grande abismo, e o Bairro da Serra é um exemplo do distanciamento entre o ecoturismo oficial e o ecoturismo de mercado. O *ecoturismo de mercado*, que ainda é o *ecoturismo na prática*, tem provido o Bairro da Serra com entradas financeiras significativas, beneficiando alguns grupos que melhor se adaptaram ao modelo produtivo baseado na exploração turística. Outro fato incontestável, diz respeito à geração de empregos, que embora sazonais, tem sido suficiente para minimizar as taxas locais de emigração (BONDUKI, 2002).

Por outro lado, a população local, principalmente os mais velhos, tem percebido o aspecto negativo do turismo com o aumento do uso de drogas, mudanças no comportamento sexual e adoção de maneirismos e vestuário exóticos ao lugar por parte do segmento jovem e infanto-juvenil local. Este tipo de fenômeno não é algo inusitado ou restrito ao Bairro da Serra. Ao contrário disso, trata-se de um fenômeno bastante comum em lugares

turísticos, principalmente aqueles com baixo nível de renda. Trata-se do *efeito imitação*, o qual é definido no parágrafo abaixo de acordo com Lage e Milone (2000, p.126).

[...] a população local procura adotar e imitar os padrões de consumo dos turistas. A variação nos sistemas de valores e atitudes da população receptora pode afetar características no que tange às vestimentas, à demanda de acomodações, aos hábitos de alimentação e à demanda por bens de serviço e de consumo.

O efeito imitação pode ser identificado mais facilmente entre os jovens do Bairro da Serra, especialmente aqueles que trabalham como monitores ambientais e que, portanto, mantêm um contato direto com os turistas. Esses jovens passam a exibir comportamento, linguagem e visual muito semelhante aos dos turistas de mesma faixa etária, diminuindo a diferença, em termos de aparência, entre esses dois grupos culturalmente distintos.

Outro fenômeno que predomina no Bairro da Serra é a *superficialidade* no turismo, ao qual Avighi (2000, p. 103) faz alusão quando se refere "à rapidez, o fluxo sufocante de grupos e filas, a avidez de tudo ver de um só golpe, o despreparo do turista para a visita, a rotina dos mesmos lugares". Essa superficialidade no turismo, resultado do prolongamento do modo de produção capitalista que visa à quantidade, o rendimento quantitativo, passou a ser incorporado nas políticas de planejamento no Vale do Ribeira, tal como nos permite entrever o texto transcrito de Vitae Civilis e WWF-Brasil (2003, p. 135).

É interesse comum desses monitores, operadoras locais e organizações atuantes na região a criação de roteiros integrados que possibilitem ao turista visitar em um curto espaço de tempo diferentes destinos, atrativos naturais e culturais. Esses roteiros facilitam a comercialização dos produtos turísticos e contribuiriam para a descentralização do fluxo de turistas [...].

No texto acima, percebe-se uma formatação fortemente voltada para o mercado, uma vez que o produto turístico procura atender ao impulso consumista do turista, o qual resulta na superficialidade das visitas. Os efeitos da superficialidade no turismo comprometem tanto o turista como o lugar turístico. Isso se deve, primeiramente, ao fato desse fenômeno distanciar e impedir que o turista envolva-se com o lugar, aumentando a dificuldade para a integração do turista ao contexto sócio-ambiental local. Dessa forma, o sujeito incapacitado de integrar-se ao lugar mantém-se alienado em relação ao contexto sócio-ambiental. Como já sabemos, essa alienação que vitima o turista, vitima muito mais o lugar turístico quando se desdobra nos mais diversos efeitos negativos sobre a população local e o ambiente natural, impedindo a consecução dos objetivos prescritos na definição oficial de ecoturismo.

O consumo das paisagens e dos lugares pelo turismo é resultado de um modo de agir baseado no pensamento econômico direcionado para o crescimento, em que a imputação do caráter descartável às mercadorias confere maior dinamismo aos fluxos financeiros, produzindo lucros mais rapidamente e, assim, fortalecendo as economias. Esse modo de pensar, de alto impacto sobre o lugar turístico, é apenas um desdobramento do pensamento ocidental, o qual se manifesta, de modo institucionalizado, por meio dos cursos para a formação de monitores ambientais.

A FORMAÇÃO DE MONITORES AMBIENTAIS E A IMPOSIÇÃO DO SABER CIENTÍFICO

Os guias turísticos, ou monitores ambientais têm grande importância no processo de implementação e sucesso do ecoturismo no Vale do Ribeira. Isso se deve, em grande parte, ao contato estreito que os monitores estabelecem com os turistas ao longo das "guiadas", em que o diálogo como processo de socialização, seja ele verbal ou não, constitui-se no principal meio para o trânsito de informações, sejam elas explícitas ou implícitas, sendo, provavelmente, mais eficiente que o discurso programado típico de guias turísticos.

É natural ter a expectativa que o guia turístico, e especialmente o monitor ambiental, represente a porta de entrada para um universo novo, o tradutor das paisagens locais, aquele que incorpora o saber de seus ancestrais e abre uma janela por onde o turista pode fazer uma leitura completamente nova do ambiente ao seu redor. Dessa forma, paisagens conhecidas ganham novos significados e se transformam em paisagens novas, ampliando a percepção do turista, aproximando-o do ambiente natural e construindo uma nova consciência que é o suporte em que se edifica a responsabilidade sócio-ambiental.

O ecoturista sem o apoio local, mesmo que amparado pelo conhecimento científico e por equipamentos sofisticados, não pode decodificar com segurança um ambiente que não conhece. Ele não pode apreender os significados locais, que são riquezas valiosíssimas. O contexto sócio-cultural local é a porta de entrada para um mundo novo de significados. Mesmo que se trate de um ambiente aparentemente homogêneo caracterizado pela presença de uma formação vegetacional de ampla distribuição, como é o caso da Mata Atlântica, dependendo do contexto sócio-cultural, essa mesma formação florestal pode apresentar leituras completamente distintas, o que não acontece na abordagem científica. Para exemplificar, tomemos uma espécie vegetal típica de Mata Atlântica com ampla ocorrência nessa formação. Independentemente se essa espécie se encontra no PETAR (Iporanga), na Estação Ecológica Juréia-Itatins (Peruíbe), ou no Parque Estadual da Serra do Mar (Ubatuba), em quaisquer desses lugares, ela tem, sempre, a mesma caracterização e explicação científica. Se tomarmos essa mesma espécie sob a leitura de um quilombola de Iporanga, ou de um caçara de Perúibe, ou de um índio guarani de Ubatuba, é muito provável que apareça uma variação considerável nos significados que essa espécie pode apresentar dentro de cada um desses contextos sócio-culturais.

O Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA) reconhece a importância dessa diversidade cultural, a qual resulta em leituras do ambiente distintas daquela produzida pelo saber científico, mas que se complementam mutuamente, aumentando as possibilidades de se alcançar um manejo apropriado para as unidades de conservação, tal como nos permite entender o trecho abaixo transcrito (ROCHA; COSTA, 1998, p. 125).

A Reserva da Biosfera, e seu zoneamento, que define áreas núcleo e de amortecimento, reconhece o papel das comunidades tradicionais na proteção das áreas protegidas. Essas populações merecem o respeito por sua cultura e detêm informações sobre a natureza que possibilitam o manejo mais correto das reservas.

Analizamos o material didático preparado para o *IV Curso Básico para Monitores Ambientais de Iporanga e Região do Alto Ribeira*, realizado pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA) em julho de 2003. Essa análise nos revelou mais incoerências, distanciando, ainda mais, a teoria da prática.

O texto da apostila, em linguagem estritamente técnica e, por vezes, hermética, traz informações sobre alguns aspectos institucionais do PETAR, bem como descrições da vegetação e os processos de sucessão, fauna, geologia, hidrologia, clima e geomorfologia locais. De forma geral, pode-se dizer com segurança que há pouca informação sobre ecologia e conservação, sobre o uso tradicional das espécies e nada sobre o conhecimento popular. A

fragmentação das diferentes áreas do conhecimento, própria da abordagem científica, está muito presente na apostila que apresenta os temas de forma segmentada. A título de ilustração, compilamos um pequeno trecho da apostila presente na seção que trata dos tipos de solo na região.

FATORES EDÁFICOS – Cambissolo álico, cambissolo eutrófico, litólico álico, gleizado distrófico, gleizado álico, terra Bruna estruturada distrófica e latossolo vermelho-amarelo álico (LEPSCH et al, 1988). Quanto à aptidão agrícola, são em grande parte da classe VII de uso e capacidade dos solos, ou seja, impróprios para atividades agro-silvo-pastoris, reservando-se à vida silvestre e recreação.

Presumimos que esse tipo de informação, contida no curso para a formação dos monitores ambientais, não é exatamente o que a população local tem de mais importante para oferecer ao turista. Acreditamos que o conhecimento tradicional, por exemplo, sobre os tipos de solo, desde a identificação, suas características e o manejo empregado pelas populações locais, é algo mais acessível e, certamente, mais valioso do que a reprodução do discurso científico que, mesmo não sendo de conhecimento do turista, está disponível na literatura especializada. O mesmo não se pode dizer do saber tradicional que, geralmente, está restrito ao lugar, à comunidade e, como o próprio Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica reconhece, pode apresentar respostas valiosas para um manejo mais apropriado do ambiente local.

O caráter científico do material didático desenvolvido para o curso de monitores ambientais e seus efeitos sobre o *saber local* merece atenção especial. Naturalmente, a iniciativa do programa de formação de monitores ambientais é louvável, abrindo a possibilidade de preparar profissionais qualificados para receber, informar, educar e guiar turistas pelos atrativos que a região oferece, promovendo, ao mesmo tempo, uma nova opção em termos de fonte de divisas financeiras para a comunidade. Por outro lado, a origem e direção da proposta imprimem uma postura empresarial e técnica à formação do monitor, reproduzindo o caráter administrativo que permeia a base ideológica das instituições promotoras do curso em questão. O resultado disso é que o discurso adotado pelos monitores se adapta muito mais ao perfil do turismo científico do que às propostas do ecoturismo. A disseminação desse olhar científico e da postura administrativa em relação aos aspectos sócio-ambientais, inoculados junto com o programa do curso de formação de monitores, encontrou seus adeptos e entusiastas locais que assimilaram a nova visão, passando a ocupar lugares de destaque e liderança no processo organizacional local, criando associações e grupos de ação que, por sua vez, também adotam a mesma base ideológica contida nas proposições do curso para monitores. O resultado disso é que uma pequena parte dos monitores, aqueles que melhor se identificaram com a proposta do curso para monitores, é mais produtiva e ocupa cargos de liderança. Por outro lado, a outra parte, talvez a maioria absoluta, em função da dificuldade em memorizar a grande quantidade de informações técnicas, foi excluída ou colocada numa posição inferior devido à impossibilidade de dominar o novo discurso que se impôs como necessidade para definir o novo produto turístico. A consequência disso é a qualidade duvidosa do serviço oferecido por esses guias, o que é plenamente justificável se considerarmos o abismo que existe entre o universo tradicional em que eles foram gerados e educados, e o mundo do saber científico.

O programa de formação de monitores ambientais atua no sentido de criar guias profissionais para atender à demanda do turismo. Não obstante, o caráter do programa que prioriza a formação profissional de guias, mas que ao mesmo tempo pressupõe, ou até mesmo fomenta, a instalação da indústria turística, traz em seu bojo uma conduta empresarial compatível com os procedimentos padrões presentes na abordagem desenvolvimentista ortodoxa, produzindo uma situação desvinculada de valores comunitários que concorre para a formação de um quadro de disputa entre as associações de monitores e entre os próprios

monitores, os quais passaram a se constituir em prestadores independentes de serviços de monitoria.

O senso de comunidade está ausente na formação dos monitores e nos ideais das associações que os representam. Ao invés disso, percebemos que toda estrutura organizacional está alicerçada sobre os ideais mercadológicos, onde a competição, o individualismo e a busca pessoal por maiores ganhos são características marcantes. Este sintoma pode também ser claramente percebido no *ineditismo* que se define a partir de roteiros secretos que alguns monitores oferecem aos turistas e não partilham com seus companheiros de profissão. Enquanto isso, as associações locais servem apenas para cumprir o seu papel no trato das questões burocráticas em que há exigência de representação por parte de uma associação devidamente constituída. Fica bem evidente que falta na formação do monitor um componente capaz de promover ou fortalecer a união do grupo em torno de um objetivo comum, de forma a desenvolver um engajamento verdadeiro na causa comunitária.

Este quadro organizacional precário expõe a comunidade ao oportunismo que acompanha a indústria turística por meio da chegada massiva de novos empreendedores mais competitivos. Resumindo, não existe dentro do programa de formação de monitores qualquer iniciativa que procure estabelecer uma estrutura organizacional pautada no desenvolvimento sustentável local e, se existe, encontra-se numa forma latente não manifesta.

A diversidade de significados e leituras que o saber tradicional poderia emprestar ao ecoturismo local enriqueceria a compreensão do turista, complementando-a e permitindo mudanças de perspectivas a partir de novos olhares. Sob a luz da ciência, inoculada por meio dos cursos para a formação de monitores, essa diversidade nas leituras ambientais se desfaz e o ambiente perde parte de sua riqueza, padroniza-se e é reduzido à uma equação simplificada própria do pensamento científico.

Ao final do processo de formação, o monitor ambiental incorpora a imagem do "apertador de parafusos" na linha de produção industrial, onde o trabalho alienado, que busca somente a recompensa financeira, é a sua característica fundamental. Por meio de uma mesma forma de pensar, produtora do ecoturismo de mercado e formadora do monitor ambiental, reproduz-se as mesmas condições de uma indústria moderna em que a otimização do tempo, o produto massificado, a esteira industrial e o trabalhador alienado estão sempre presentes. Turistas em filas que fazem os mesmos percursos e recebem as mesmas informações de modo sistemático e padronizado. Estreita-se, assim, a amplitude da experiência pessoal que poderia ser mais rica para o turista e para o próprio monitor.

O pensamento científico, travestido pelo discurso do desenvolvimento sustentável, tem sido inoculado através dos cursos para a formação de monitores ambientais, não somente na região de Iporanga, mas em todas as outras áreas onde a implementação do ecoturismo está sob a tutela do CNRBMA, suprimindo o *saber tradicional* e tomando as populações locais como meios para a reprodução e disseminação de uma outra forma de pensar, o que se constitui numa forma inquestionável de imposição do saber científico. Curiosamente, para o caso analisado, a mesma entidade que exalta o valor desse saber tradicional, o CNRBMA, é também a responsável pelo silenciamento desse saber.

Entretanto, essa imposição do pensamento científico sobre o saber tradicional não é um problema isolado, mas uma das manifestações de um processo maior que acena para a incorporação da mão de obra regional à indústria do turismo, a exemplo do que temos visto, repetidamente, no Vale do Ribeira ao longo da sua história regional. A mercantilização do ambiente natural, apesar do conteúdo discursivo que disfarça a prática comercial do ecoturismo, ainda está fundamentada nas mesmas estratégias empregadas ao longo das diferentes fases econômicas do Vale do Ribeira: a exploração ambiental e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar o ecoturismo como alternativa para o desenvolvimento regional, tal como tem sido feito por agências governamentais e privadas, é algo muito ambicioso e, não obstante, um tanto arriscado. O quadro ambiental, social e econômico na atualidade torna cada vez mais clara a necessidade de uma reformulação na política econômica mundial, o que deverá resultar em mudanças de estilos de vida e de consumo. A partir dessa perspectiva, é possível vislumbrar um cenário de incertezas para investimentos financeiros num futuro próximo. Sendo o turismo um artigo que não figura como gênero de primeira necessidade, além da sazonalidade típica dessa atividade e outras flutuações imprevisíveis no fluxo de turistas, entendemos que basear a economia regional no ecoturismo, ou qualquer outra forma de turismo, pode resultar em grandes prejuízos para a região.

Nesse sentido, é importante manter a diversidade econômica regional, o que é uma característica natural da região e parte inerente do universo tradicional caipira. O ecoturismo poderia se constituir, sim, num item adicional às atividades locais, desde que seja considerado oportuno pelas comunidades potencialmente receptoras, isto é, que possa, efetivamente, promover melhorias nas condições de vida dessas comunidades. Sansolo (1998, p. 293) resume muito bem essa idéia, no parágrafo transcrito abaixo, e impulsiona a discussão.

[...] o turismo, sobretudo em espaços considerados prioritários para a conservação ambiental, não é a única opção para a melhoria das condições de vida das comunidades locais e da conservação da qualidade ambiental, entretanto é uma das possibilidades que pode favorecer esses objetivos. Contudo, acreditamos que também possa se tornar uma atividade geradora de problemas maiores do que os já existentes.

O ecoturismo como solução para os conflitos entre populações locais e unidades de conservação traz outros inúmeros problemas que só podem se resolver na medida em que se cumpra aquilo a que se propõe o ecoturismo, ou melhor, aquilo que dele se espera a partir de sua definição oficial. Entendemos que boa parte dos problemas da atividade ecoturística aparece na medida em que o ecoturismo se converte numa forma ordinária de turismo massificado, distanciando-se do cumprimento de suas obrigações conceituais que lhe dão sentido.

A questão que permanece é se um *outro turismo* é realmente possível. Certamente que sim, mas somente numa sociedade capacitada a produzi-lo. Nesse sentido, a *educação* é o caminho mais sábio. Essa assertiva, contudo, encerra-nos em um velho *lugar comum* que sempre aponta a educação como a solução definitiva para diferentes problemas da humanidade, isto é, ao final, quase tudo parece se resolver na educação. Mas qual educação? Não está o processo pedagógico seriamente comprometido com os valores da modernidade? Não é a própria educação o agente reprodutor do sistema político-econômico direcionado ao crescimento e aumento de poder dos Estados? Não é na educação que estão incubados os valores que resultam nas dissonâncias sócio-ambientais?

REFERÊNCIAS

AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA. **Desenvolvimento sustentável na bacia do Ribeira de Iguape**: uma análise das condições e limitações sócio-econômicas ao ecoturismo. São Paulo, SP, [2005]. 1 CD-ROM. Windows. Relatório final.

AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA. **Ecoturismo na Mata Atlântica**: um guia interativo sobre o Vale do Ribeira. São Paulo, SP: Próxima Mídia Editora, [1998]. 1 CD-ROM. Windows 3.1, 3.11 e 95.

AVIGHI, C. M. Turismo, globalização e cultura. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. 102-106p.

BONDUKI, M. I. **A implantação de áreas protegidas e o turismo no Bairro da Serra – Iporanga – SP**. 2002. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Ciência Ambiental, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. "O ecoturismo como um fenômeno mundial". In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995. 23-29p.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p. Biodiversidade, 4.

FERREIRA, L. da C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 47-66, Jan. /jun. 2004.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR **Diretrizes para a política nacional de ecoturismo**. 1994, 18p. Disponível em <<http://www.ecobrasil.org.br>>. Acesso em: 02 de maio de 2004.

HORWICH, R. H. *et al.* O ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: A experiência de Belize. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995. 253-281p.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. 117-131p.

LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo**: turismo e urbanização em Ubatuba – SP. 1999. 218 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.

ROCHA, A. A.; COSTA, J. P. O. (Coord.) **Não matará**s: a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no estado de São Paulo. São Paulo: Terra Virgem Editora e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1998. 259 p.

SANTOS, J. J. **O município, o patrimônio natural e a dinâmica sócio-ambiental no Vale do Ribeira**: o caso do município de Iporanga – SP. 2005. 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Área de concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Territorial, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SANSOLO, D. G. Educação ambiental, turismo e conservação. In: VASCONCELOS, F. P. **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: FUNECE, 1998. 280-293p.

TERBORGH, J.; PERES, C. A. O problema das pessoas nos parques. In: TERBORGH, J. *et al.* (Org.) **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora da UFPR – Fundação O Boticário, 2002. 334-346p.

VITAE CIVILIS, WWF-BRASIL. **Sociedade e ecoturismo:** na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo no Vale do Ribeira na Mata Atlântica. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2003. 144p.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo:** impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Editora Manole Ltda, 2001. 256p.

WWF-BRASIL. **Certificação em turismo** - lições mundiais e recomendações para o Brasil. Brasília, DF: WWF-Brasil, Série técnica, vol. IX, 2001. 80p.

Recebido em dezembro de 2008

Revisado em maio de 2009

Aceito em junho de 2009